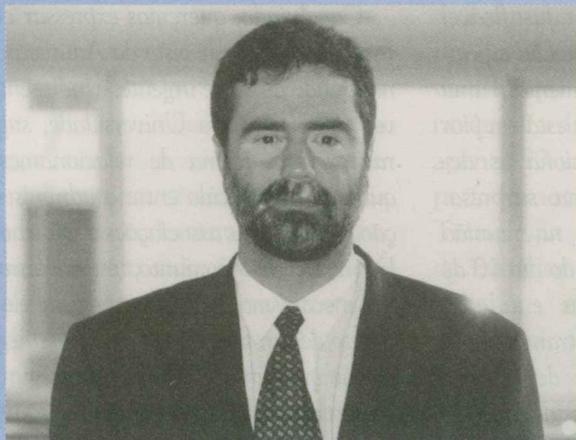


JORNAL AD UNICAMP

Publicação da Associação de Docentes da Unicamp • Campinas, São Paulo • Ano XV • Agosto/1996

Entrevista

Daniel Ruiz Garcia



O deputado José Baccarin (PT), ex-prefeito de Jaboticabal, agrônomo e professor da Unesp, fala sobre o papel que a comunidade universitária desempenhou na votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovada em junho deste ano.

Baccarin coordenou, na Assembléia Legislativa, grupos de discussões e procurou agrupar professores, funcionários, alunos e reitores. Para ele, a atuação das entidades foi fundamental na defesa do ensino público e de qualidade no Estado.

Pág. 7

Nesta edição

Editorial

Pág. 2

O ensino de graduação

Pág. 3

O engodo da reforma da Previdência

Pág. 8

Um fundo previdenciário na universidade

Pág. 9

Professor, a Previdência, o nabo e a inflação

Pág. 10

Cursos noturnos na Unicamp

Pág. 11

A universidade e o direito de greve

Mais do que defender salários e melhorar condições de trabalho, a greve das universidades estaduais paulistas serviu de alerta ao governo do Estado, que pretendia manter congeladas as verbas da Unicamp, USP e Unesp para 1997. Derrotado na Assembléia Legislativa, o governo estadual terá de repassar integralmente os 9,57% da quota-parte do ICMS para as universidades. Os professores José Vitório Zago e Luiz Jacintho da Silva debatem o direito de greve no Hospital



Universitário; Roberto Romano analisa o desrespeito com que as entidades de docentes e funcionários foram tratadas pelo Cruesp durante e após a greve, e Fernando Galembeck faz uma reflexão das perspectivas das universidades estaduais e federais.

Págs. 3, 4, 5 e 6.

Encontro com o folclore e a cultura popular

A Unicamp estará sediando no final deste mês e início de setembro, o 4º Encontro com o Folclore - Cultura Popular. Segundo José Avelino Bezerra, idealizador e coordenador geral, o encontro tem como finalidade oferecer aos docentes, alunos e professores um importante contato com essa cultura viva, absorvendo conteúdos das culturas indígena e africana. Ainda segundo Avelino Bezerra, tem sido enriquecedora essa aproximação dos grupos tradicionais com o público da "academia". Este ano, em parceria

com a Comissão Nacional de Folclore/IBECC-Unesco, o evento terá a duração de quatro dias.

Entre os dias 29 e 31 de agosto será realizado o curso de introdução ao folclore: Conceito e Metodologia de Pesquisa. Nos dias 31 de agosto e 1º de setembro serão realizadas oficinas, exposições e vendas de artesanatos, livros e discos. Também neste período, serão apresentadas mostras de vídeos e desenvolvidas reuniões de trabalho, com a apresentação de pesquisas produzidas em vários estados.

EDITORIAL

Relações com a administração e política salarial

Como já é do conhecimento geral, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO do Estado para 1997, encaminhado pelo Executivo à Assembléia Legislativa, previa para as Universidades 9,57% do ICMS, porém limitado ao valor do orçamento executado em 1995, mais ¼ do crescimento da arrecadação. Isto na prática significava um congelamento dos recursos das Universidades, o que, aliás, ocorreu no ano em curso. Entretanto, a Assembléia Legislativa alterou o projeto original, tendo aprovado o percentual de 9,57% do ICMS sem qualquer redutor. Isto foi, sem dúvida alguma, uma importantíssima vitória devida, fundamentalmente, à atuação de um grupo de Deputados, entre os quais não se pode deixar de mencionar o nosso colega José Baccharin, professor da Unesp-Jaboticabal, e à pressão exercida pelas entidades representativas dos estudantes, funcionários e professores, como reconhecem os próprios parlamentares. De fato, todos aqueles que acompanharam as articulações e o processo de votação da LDO na Comissão de Finanças e Orçamento e no próprio plenário, puderam verificar como foi decisiva a presença contínua e massiva dos alunos, funcionários e docentes das três Universidades na Assembléia Legislativa.

Este fato vem confirmar uma vez mais a posição que sempre temos defendido sobre o relevante papel das entidades na defesa dos interesses da instituição. A administração, pela sua própria natureza, tem uma série de constrangimentos para sua atuação que não se apresentam para as associações, sindicatos e diretórios. Não temos dúvida em afirmar que o papel das entidades não só é relevante, mas é essencial e in-

substituível na defesa dos interesses de uma Universidade comprometida com o interesse público. Isto já ocorreu no passado - como no período da intervenção em 1981, e na conquista da autonomia em 1988, entre outros - e certamente se repetirá no futuro.

Infelizmente, contudo, a administração superior das Universidades Estaduais Paulistas e o próprio Conselho de Reitores das mesmas - o Cruesp, parece que ainda não se aperceberam da importância deste fato. Isto se revela através da forma desatenta, e muitas vezes desrespeitosa, do seu relacionamento com as entidades. Os episódios relativos à recente data-base de maio do corrente ano, que resumimos a seguir, comprovam o que afirmamos

acima; senão vejamos. Em 15 de abril foi entregue ao Presidente do Cruesp a pauta para negociação; após 39 dias, em 24 de maio, sem que houvesse qualquer reunião preliminar, é comunicado o índice de reajuste de 7,63%, e os demais itens da pauta são remetidos para análise em comissões mistas a serem instituídas posteriormente. Após insistente solicitação das entidades para uma nova reunião de negociação, é marcada uma reunião técnica para o dia 10 de julho, ou seja, 47 dias depois. Em 10 de junho as entidades enviam ofício ao Cruesp solicitando uma série de esclarecimentos sobre o orçamento das Universidades. A resposta só é recebida, via fax, no dia 9

de julho (véspera da reunião), e assim mesmo várias questões não são respondidas, com a justificativa de que são específicas, referindo-se a uma ou outra Universidade. Além do injustificável atraso na resposta, a informação específica não enviada é fundamental, uma vez que a Universidade que está em pior situação financeira condiciona as demais. Finalmente a última surpresa:

É preciso encontrarmos um mecanismo que permita o estabelecimento de um processo contínuo de negociação que, simultaneamente, assegure a preservação do funcionamento adequado da instituição, o respeito entre as partes e o atendimento das justas reivindicações dos servidores.

quando na reunião técnica do dia 10 de julho as entidades demonstram a possibilidade de rever o reajuste de 7,63% face ao aumento da arrecadação, os assessores do Cruesp informam que os dados sobre a folha de pagamento que foram por eles mesmos fornecidos um mês antes estão superados! E sem qualquer aviso prévio! Ora, isto não é sério! Assim é impossível sequer dialogar, uma vez que negociação, de fato, não ocorre. A formulação de uma política salarial, antigo anseio de toda a comunidade dos servidores, torna-se absolutamente impraticável.

Esta postura da administração gera, necessariamente, uma forte reação por parte das associações e sindicatos que são os portadores da inconformidade dos docentes e funcionários. Esta forte reação, algumas vezes incontrolável, é vista como uma agressão inaceitável pelas administrações, e aí entramos num círculo vicioso que tem dificultado imensamente a relação entre as partes. Fruto de um processo dessa

natureza, ficamos um ano sem reunião entre o Cruesp e as entidades (maio de 95 a maio de 96), fato único desde a instalação do Conselho de Reitores.

Concluindo, queremos expressar claramente o ponto de vista da Adunicamp, no sentido de que é urgente, e indispensável para a própria Universidade, superarmos esta forma de relacionamento que tem prevalecido entre a administração superior e as associações e sindicatos. É preciso, em conjunto, encontrarmos um mecanismo que permita o estabelecimento de um processo contínuo de negociação que, simultaneamente, assegure a preservação do funcionamento adequado da instituição, o respeito entre as partes e o atendimento das justas reivindicações dos servidores. A Adunicamp está à disposição para a construção desse mecanismo. E a administração?

Finalmente uma palavra sobre o reajuste salarial. O ICMS recolhido em maio, junho e julho, bem como a previsão para agosto, é superior às previsões do Cruesp com base nas quais foi estabelecido o índice de 7,63%. Além disso, há unanimidade entre todos os analistas sobre a recuperação da economia no segundo semestre, e o conseqüente aumento da arrecadação. De outro lado a LDO aprovada para 1997, na medida em que não estabelece nenhum redutor dos 9,57%, permite um aumento do comprometimento com a folha de pagamento neste final de ano, uma vez que se pode prever uma folga no início do próximo exercício. Estes dois fatores conjugados - aumento da arrecadação e 9,57% pleno - permitem-nos afirmar que há condições de novos reajustes ainda em 1996, de tal sorte que possamos, ao menos, recuperar o poder aquisitivo de nossos salários que foi corroído pela inflação.

EXPEDIENTE

Diretoria:

Luís Carlos Guedes Pinto, presidente; Ítala M. Loffredo D'Ottaviano, 1º vice-presidente; José Luiz Antunes de Oliveira Sousa, 2º vice-presidente; Lúcia Pereira da Silva, 1º secretário; Sílvia Azucena Nebra de Pérez, 2º secretário; Marcela Haun, 1º tesoureiro; Marlene Rita de Queiroz, 2º tesoureiro; Lino Castellani Filho, diretor administrativo.

Adunicamp - Associação dos Docentes da Unicamp

Cidade Universitária "Zeferino Vaz" - telefone (019) 239-1148/239-8152

Jornal Adunicamp - Agosto/1996

Editor: Marcos Luiz Crípa vd; Coordenação: professora Lúcia Pereira da Silva; Assistente de redação: Roseli Coutinho dos Santos; Projeto gráfico e editoração eletrônica: Luís R. Câmara; Ilustrações: Maringoni; Revisão: Jamila Natour; Distribuição: Maurício Lopes e Jofilson Pereira dos Santos. Tiragem 4.000 exemplares. Distribuição gratuita.

O **Jornal Adunicamp** é uma publicação da Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Campinas, destinado aos associados. Os artigos assinados não refletem necessariamente o pensamento da diretoria da entidade e são de responsabilidade dos autores.

Essa edição foi fechada na redação dia 9 de agosto de 1996.

Respeito, democracia, universidade

Roberto Romano

Um elemento estratégico na política democrática encontra-se na prática do respeito. Sem este ponto, desaparece a responsabilidade coletiva, o que joga indivíduos e grupos no selvagem estado de natureza, descrito perfeitamente por Hobbes. Sem respeito, desaparece o princípio de autonomia e surge em seu lugar a licença, a desconfiança, a imposição de interesses particulares - contrários ao Bem Comum - através da força ou da propaganda. Os pensadores que se preocupam com a vida ética moderna, indicam o respeito como signo da vida coletiva justa e livre. Todos os regimes despóticos nasceram sob a marca da mentira e da violência e todos assumiram o desrespeito como sua marca distintiva. Um critério válido para se definir a falta ou presença do respeito num aglomerado político, é o papel que se reserva aos governados e às oposições.

Se o governo aceita a existência e o exercício da oposição e se, além disso, modifica seus procedimentos a partir das críticas a ele apresentadas, ele é democrático e digno de consideração. Com isto, ele garante a governabilidade com títulos legítimos. Se, pelo contrário, os governantes tentam desmoralizar os vencidos - conjunturalmente, dado que nenhum poder goza de eternidade - ele, ipso facto, declaram a si mesmos não como dirigentes do todo, mas como líderes de uma facção. E o Estado que segue a lógica das facções condena-se ao estilhaçamento e à ineficácia. O dever de obediência dos cidadãos, caso exista desrespeito por parte dos governantes, se enfraquece, causando desesperança. Quem perde a esperança, deixa de seguir as leis, as normas, o direito.

Existe plena analogia entre o que se passa no Estado e o que sucede nos campi. Se o corpo dos pesquisadores e funcionários só recebe desrespeito, ele passa muito rapidamente do desalento ao cinismo. Rompe-se o vínculo ético que dá à instituição universitária a sua ratio essendi. Não é preciso ser antropólogo para constatar a desgraça de um povo indígena destruído. Quem anda pelas cidades paranaenses, limítrofes

com o Paraguai, testemunha todo o inferno de ser guarani. Homens e mulheres embriagados, crianças sem amanhã, perda do orgulho e do auto-respeito. Com poucas diferenças, uma universidade onde as regras são ditadas apenas pelos interesses dos administradores, sem consideração pela comunidade dos professores, funcionários, alunos, está à beira da dissolução interna, podendo rapidamente passar ao desolador estado de "destruição".

Se os ritos acadêmicos não vigoram, se os direitos dos administrados não contam, se os reitores e seus auxiliares zombam das entidades docentes, dos sindicatos e dos diretórios estudantis, se, enfim, não existe respeito no campus, toda a instituição perde vida própria, transformando-se em fantasma de si mesma.

Essas reflexões devem-se à falta de respeito manifestada no Cruesp pela comunidade acadêmica, durante a reunião técnica que se realizou no dia 10 de julho de 1996. Os professores em geral, com os funcionários e alunos, ficaram com um travo amargo na boca, e com a certeza de manobra política, apenas para deter as intenções do governo na última LDO. O deboche de apresentar - sem comunicação anterior - uma "tabela nova" de gastos, a atitude zombeteira e os risos dos assessores, tudo isto aprofundou a crise de confiança nos que se imaginam donos da universidade, quando são apenas pares que, temporariamente, exercem o mando.

Se o Cruesp não mudar sua atitude, ele será o culpado principal pela dissolução universitária. A perda de legitimidade, que segue a falta de respeito e de diálogo, surge muito rápido. Corrigir esta situação leva tempo demasiado. Temos pontos importantes a enfrentar em conjunto: a Lei Orgânica das Universidades, o confronto com o privatismo do Governo, a opinião pública hostil diante de toda a academia - incluindo os seus reitores - a campanha virulenta da imprensa. Se os Magníficos consideram que podem enfrentar estes desafios sem a comunidade, eles deliram. Se não pensam enfrentá-los - e o desprezo

manifestado pelas entidades é um indício disto - eles negam as responsabilidades de seu cargo, tornando-se cúmplices do dismantelamento que hoje se aplica, *sine ira et studio*, contra as universidades.

Urge reorientar as relações entre o Cruesp e a comunidade universitária em sentido democrático e respeitoso. No próximo ano, isto já não será possível. As entidades demonstraram suas intenções de respeito e

diálogo. Cabe aos dirigentes provar que, de fato, são representantes dos campi junto aos poderes públicos e à sociedade. Caso oposto eles apenas exercem o papel de fatores dos governantes. Esta última via, digamos, é tudo, mas não é magnífica, nem digna de respeito.

Roberto Romano é Professor Titular do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

O ensino de graduação na Unicamp

Maria Cecília Cardoso Benatti

Recentemente fomos surpreendidos pela intenção da reitoria de criar novos cursos de graduação na Unicamp, entre eles direito e psicologia. O curso de direito já está disponível em duas universidades da cidade, sendo que já está em estudo a criação de um terceiro curso a ser ministrado pelo Liceu Salesiano.

Quanto ao curso de psicologia, segundo dados publicados no caderno "Empregos" do Jornal Folha de S. Paulo, de 19 de maio, 30% dos profissionais da área estão desempregados.

Houve pesquisa de mercado ou análise da real necessidade da implantação desses cursos em Campinas? A comunidade da Unicamp foi ouvida a respeito?

Enquanto isso acontece, qual a real situação de alguns cursos de graduação na Unicamp? Vejam a realidade do curso de graduação em enfermagem da FCM.

Criado há 19 anos, com 15 turmas formadas, oferecendo 30 vagas por ano, o curso conta atualmente com apenas 31 docentes responsáveis por 31 disciplinas, entre teóricas, teórico-práticas e práticas no Hospital de Clínicas da Unicamp e postos de saúde da rede municipal.

Dos 31 docentes, 17 estão cursando pós-graduação, a maioria em São Paulo ou Ribeirão Preto. Os deveres exigidos dos docentes são muitos: avaliações, relatórios de atividades, titulação, trabalhos publicados, atividades comunitárias, abertura do curso de pós-graduação e administração do curso. Os direitos são poucos. Faltam instalações adequadas, não existe possibilidade de afastamento para elabo-

ração de teses, há poucos funcionários e os salários são baixos.

Nós, que conhecemos a realidade das escolas de enfermagem da USP e da Universidade Federal de São Paulo (antiga Escola Paulista), ficamos revoltados com a situação da Escola de Enfermagem da Unicamp.

Como reverter esse quadro? Alguns passos já foram dados pela direção do curso e da FCM. O prédio da escola já está em construção, e estudos sobre as reais condições do curso já foram enviados às autoridades competentes.

Falta agora apenas vontade política. Precisamos de docentes. Precisamos de funcionários em número suficiente e da urgente mudança para as novas instalações, dotadas de infraestrutura adequada.

O que oferecemos em troca? Melhorar a graduação, cujo currículo, já reformulado, desejamos implantar em 97. Criação da pós-graduação. Aumento da titulação dos docentes e das publicações científicas.

Não queremos somente deveres, queremos também os nossos direitos. Solicitamos o apoio da comunidade universitária às nossas reivindicações, lembrando aos que já tiveram a oportunidade de receber os nossos cuidados o quanto somos merecedores de maior consideração.

Em tempo: existem vagas disponíveis para enfermeiros no HC da Unicamp que não estão sendo preenchidas por falta de profissionais no mercado e pelos baixos salários oferecidos.

Maria Cecília C. Benatti é Professora do Departamento de Enfermagem da FCM/Unicamp.

DEBATE

A greve no Hospital das Clínicas da Unicamp

Luiz Jacintho da Silva

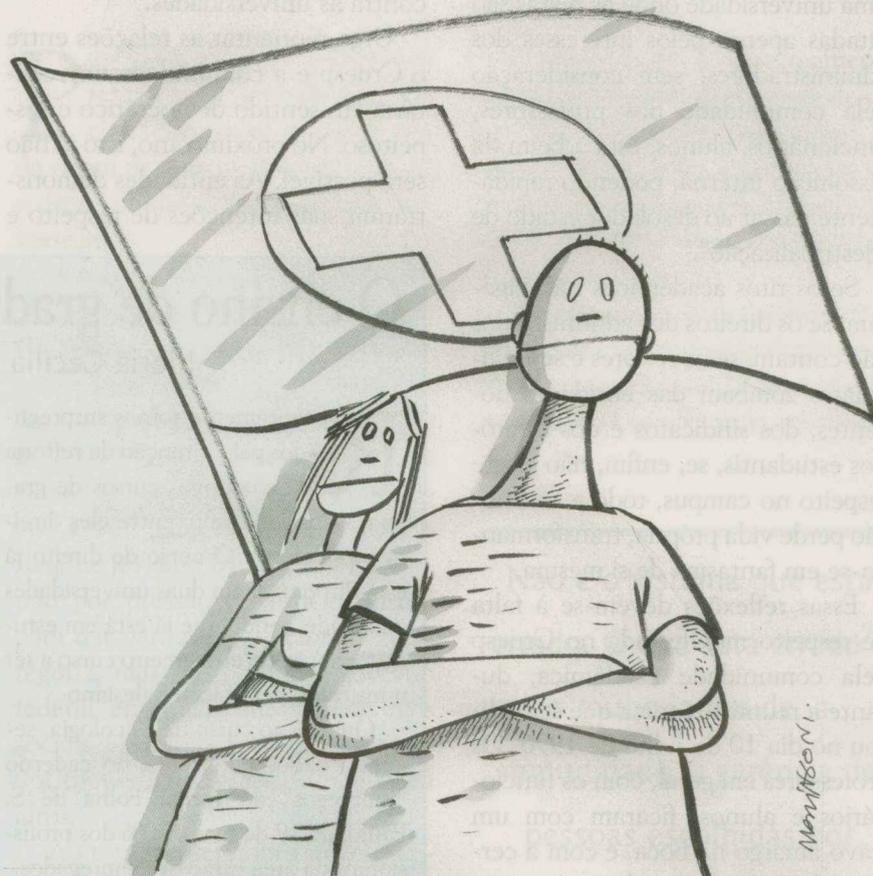
A greve é um direito incontestável do trabalhador e um recurso tático na luta por melhores condições de vida e de trabalho. Esta premissa não está em discussão. O direito de greve, no entanto, como qualquer direito, tem seus limites. É sobre estes limites, no caso particular do Hospital das Clínicas da Unicamp que pretendo emitir minha opinião.

Greves em hospitais já ocorreram, no Brasil e no exterior. O Hospital das Clínicas da Unicamp, ainda quando na Santa Casa de Campinas, teve sua primeira greve expressiva em 1978, sem dúvida a maior de todas elas. Naquela época, não só o Hospital das Clínicas estava longe de representar o papel que hoje representa, como a rede hospitalar contratada dava conta, de maneira bastante satisfatória, da demanda da cidade e da região. Vivíamos o tempo em que os hospitais universitários eram alternativos ao sistema. O impacto da paralisação foi desprezível. Passaram-se 18 anos, o peso do Hospital das Clínicas no sistema regional é infinitamente maior. Greves, como tudo, devem ser analisadas e entendidas dentro de seu contexto histórico.

Os serviços de saúde, os públicos em particular, são essenciais à vida em sociedade nos dias atuais. Parte considerável dos agravos à saúde são gerados direta ou indiretamente pelas injunções da vida urbana. Não há dúvida também que o segmento mais atingido é justamente o menos favorecido. Temos a situação em que a existência de um serviço de saúde funcionante se tornou imprescindível nos dias atuais à sobrevivência da classe trabalhadora, principalmente, mas não apenas, nos grandes centros urbanos.

Os serviços de saúde têm uma inserção interessante na nossa economia. Não há dúvida de que se trata de um próspero setor que movimenta, somente nos planos de saúde, cerca de R\$ 10 bilhões anuais. O

crescimento do segmento privado nos últimos anos é, pelo menos do ponto de vista teórico, paradoxal. Depois dos princípios colocados na constituição de 1988 e na lei orgânica do Sistema Único de Saúde (SUS), seria de se esperar, tal como pretendiam muitos, que este setor definhasse e se tornasse apenas marginal. Foi o oposto. Habilmente manipulando os recursos existentes, o Estado oprimiu o setor público e abriu oportunidades para o setor privado. O atendimento de alto custo, pouco atraente para o seguimento privado, pelo menos não em larga escala, foi assumido pelo Estado, que atende, interna, opera e fornece medicamentos para um sem número de pacientes com doenças crônicas e sem perspectiva de cura, mas com boas perspectivas de vida se adequadamente tratados: Aids, neoplasias, falência renal, transplantes e assim por diante.



setor público. Todas estas soluções quase sempre levam à redução do quadro de servidores públicos, em grande parte devido à terceirização das atividades de apoio.

O Hospital das Clínicas da Unicamp não está a salvo da recessão econômica imposta aos hospitais e tem buscado alternativas. As discussões no âmbito da Faculdade de Ciências Médicas tem sempre apontado pela necessidade de preservar o caráter público. Nos últimos dois anos foi possível manter o ritmo de crescimento da capacidade de atendimento e neste processo foram gerados cerca de 300 empregos. A reduzida capacidade de financiamento do SUS e as dificuldades antevistas com o cerco à autonomia universitária fazem antever um período em que deverão ser tomadas medidas drásticas na condução do hospital para mantê-lo funcionando e ao mesmo tempo preservar seu caráter público.

Redução de pessoal e terceirização serão inevitáveis. Ante a óbvia perspectiva de redução de emprego, qual a resposta do movimento sindical? Ao invés de buscar uma negociação que permitisse ao mesmo tempo preservar o nível de emprego, as condições de trabalho e a saúde financeira do hospital, têm mantido uma seqüência de greves irracionais, com pauta de reivindicações extremamente pobre, geralmente restrita ao aumento linear e irreal. Estas greves têm conseguido eco cada vez menor entre os funcionários do hospital. Não que tudo esteja cor-de-rosa, mas porque a agenda dos sindicalistas não reflete a realidade dos serviços de saúde.

A tendência atual dos grandes hospitais públicos no Brasil, mais particularmente em São Paulo é a de caminhar cada vez mais para uma autonomia cada vez maior. Isto significa que as relações de trabalho serão ditadas pela realidade de cada um destes hospitais, não mais por um distante e insensível governo

central. Os modelos a serem adotados dependerão muito das características e condições de cada instituição. Este é o momento de pautar estas relações. A construção do modelo Unicamp de hospital público está em andamento.

O movimento sindical insiste na condução de greves de provocação e desgaste, greves de guerrilha aonde se pretende parar um hospital a partir de poucos setores, não diante da superintendência mas contra a reitoria e os governos do Estado e da União. É incontestável que o hospital se transformou num troféu na tática de greve dos últimos anos. Sua paralisação deve ser conseguida para que a greve ganhe destaque e peso. Não se pode deixar o pivô de um sistema de saúde à mercê de poucos. Sem discussão, as greves no Hospital das Clínicas nos últimos anos passaram de parciais para localizadas, sendo que nesta última tentativa houve apenas a paralisação do refeitório dos funcionários.

Quem ganha e quem perde? Perde o trabalhador da saúde por ter seus problemas passados para um plano secundário na agenda sindical, perde a população porque seu recurso assistencial se transforma em praça de guerra a ser conquistada. Perde o movimento sindical por desmoralizar sua capacidade de mobilização e de deixar por demais evidente sua estratégia. Evoluiu-se, portanto, para um contexto em que o que poderia ser um movimento legítimo de reivindicação trabalhista, passou a ser um obstáculo à elaboração de uma agenda realista de discussão dos destinos das relações de trabalho no setor público de saúde.

A atual administração do Hospital das Clínicas já foi apontada como intransigente e sem desejo de negociação. Não se negocia quando a pauta de reivindicações é dirigida a terceiros, e o hospital não pode ficar à mercê de movimentos com metas externas a ele. Prejudicar o atendimento à população e o próprio financiamento do hospital nesse momento de escassos recursos, isso sim é intransigência. Pior, é autofagia.

Luiz Jacintho da Silva é Professor Adjunto do Departamento de Clínica Médica da FCM. Superintendente (1994-97) do Hospital das Clínicas.

O direito de greve na Unicamp

José Vitório Zago

A Constituição brasileira no seu artigo 9º diz que "É assegurado o direito de greve competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devem por meio dele defender".

É um direito social, geral, aplicável a todos os trabalhadores. Ninguém portanto poderia ser punido por exercer esse direito.

O parágrafo primeiro deste artigo dispõe que a lei definirá os serviços e atividades essenciais. Até agora o Congresso Nacional não votou essa lei. E o artigo 37, item VII determina que os trabalhadores do serviço público exercerão o direito de greve nos termos e limites defendidos em lei complementar, até agora não votada pelo Congresso Nacional.

Evidentemente o trabalho em área hospitalar tem alguns serviços e atividades essenciais. Mesmo sem a lei de que fala o parágrafo 1º do artigo 9º, os trabalhadores da Unicamp desde 1979, nas greves sempre mantiveram esses serviços na área hospitalar, sem a necessidade de fixação de percentuais de atividade.

O princípio básico é assegurar os serviços de emergência, com triagem de pacientes feita por pessoal qualificado para tanto e a manutenção de outros serviços necessários para o atendimento dos pacientes já internados. As consultas e as cirurgias eletivas são suspensas. Os leitos desativados pelas altas de pacientes não são reocupados. Assim mantendo-se a qualidade no atendimento, gradativamente o hospital entra na greve, podendo se manter somente o PS funcionando se a greve for prolongada como em geral acontece dada a intransigência dos nossos dirigentes. Isso funcionava bem porque tínhamos a

colaboração responsável dos dirigentes e dos docentes, até dos não grevistas.

Todavia nos últimos anos, principalmente na gestão Martins, a reitoria e a superintendência do hospital tem se utilizado de todos os recursos; desde punições e demissões, até mentiras deslavadas, passando pela utilização indevidas de comissões de ética, para tentar impedir o direito de greve garantido a todos no artigo 9º da Constituição.

Estão ainda na nossa memória a tentativa de demissão de 13 trabalhadores entre eles dirigentes sindicais, inclusive um que se encontrava de licença! O Reitor foi obrigado a recuar pois a sua versão dos fatos era absolutamente fantasiosa.

Este ano houve duas demissões de grevistas na nutrição do HC e suspensão de trabalhadores do Centro Cirúrgico, sem inquérito administrativo. Lamentável nesse caso foram as declarações levianas do Sr. Reitor em debate no IFCH.

É de se notar que o Reitor, médico pediatra, até agora não se pronunciou exigindo punição de seus colegas médicos donos da clínica de hemodiálise de Caruaru e de seus colegas médicos donos da Clínica Santa Genevieve onde morreram quase cento e cinqüenta pessoas, para não falar das denúncias que pesam sobre o comportamento do superintendente do HU-USP, no episódio da explosão no shopping de Osasco.

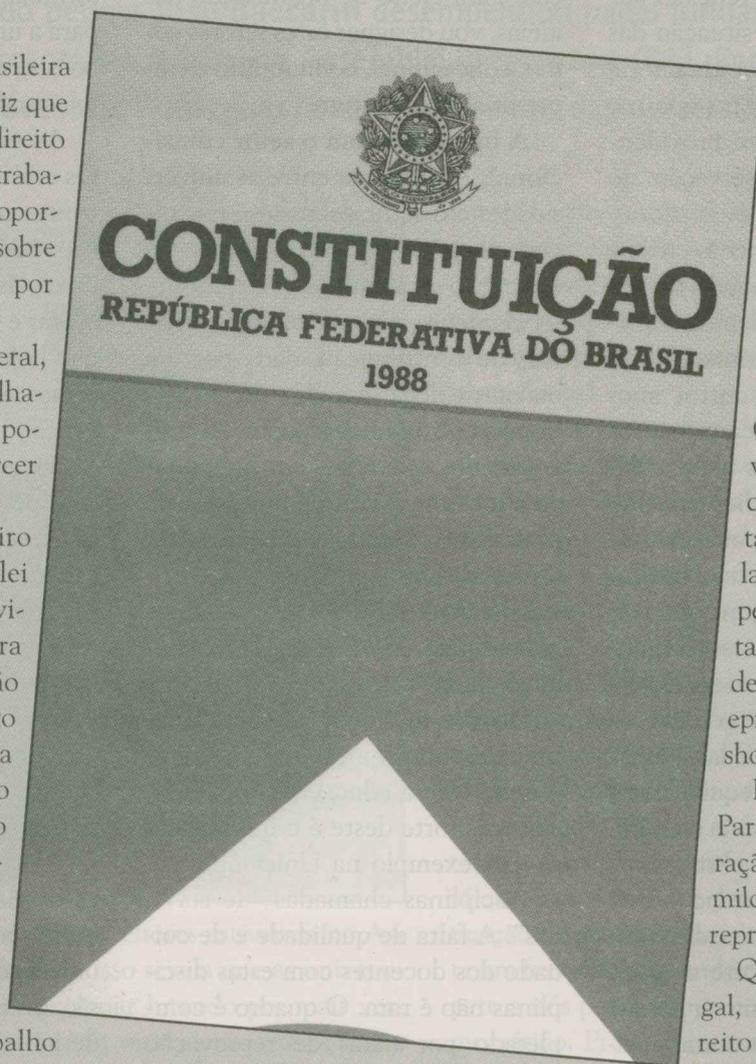
É muita hipocrisia. Para os colegas da corporação, silêncio. Para humildes trabalhadores — repressão e demissão.

Quando greve era ilegal, exercitamos esse direito e não havia represália. Agora que esse direito está na Constituição, ele é pisoteado por quem deveria dar exemplo de respeito aos direitos dos trabalhadores e à Constituição - a universidade pública.

Uma das melhores universidades do país, que faz pesquisa de ponta, vive da super-exploração e da repressão sobre seus trabalhadores. E o seu Reitor diz em uma reunião com deputados: é assim mesmo. Na greve a gente pune e depois negocia as punições. Com isso ele se desmoraliza cada vez mais. Mas o pior é que desmoraliza também a nossa Unicamp a cuja construção muito de nós dedicaram boa parte de suas vidas.

Prometeu diálogo e participação. Só temos tido monólogo e repressão!

José Vitório Zago é Professor do Instituto de Matemática, Estatística e Ciência da Computação da Unicamp e diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp.



Perspectiva das estaduais e federais

Fernando Galembeck

Este artigo é uma reflexão autocrítica sobre a situação das universidades estaduais de São Paulo, com ênfase no que me parecem ser caminhos e providências necessárias à preservação do que nelas merece ser preservado.

Estamos em um momento crítico. Superado o problema agudo da votação da LDO, não podemos esquecer de que outros anos trarão outras votações. Além disso, outros anos não serão eleitorais, e em outros anos os que apoiaram as universidades nos recentes episódios poderão se perguntar se o seu apoio teve, de parte das universidades, uma resposta à altura. De fato, alguns que não têm a memória curta já se perguntam se os benefícios que a sociedade obteve da autonomia de gestão e da vinculação orçamentária das universidades estaduais são equivalentes aos benefícios que a própria comunidade universitária delas obtiveram.

O poder, nesta sociedade, está concentrado em egressos das universidades, principalmente as estaduais ou federais. Se assim é, porque as universidades sofrem tantas críticas? Estas não são apenas agressões externas, mas sim geradas nas suas próprias entranhas. Admito que muitas pessoas, saídas das universidades em direção aos centros de decisão política, tratam a universidade severamente simplesmente porque as conhecem, nas suas virtudes mas também nas suas mazelas. Este argumento é mais simples que a teoria da perversidade que preside a maioria das análises sobre as relações entre a comunidade universitária e o poder, e não conheço contestação a ele.

Neste texto, estou mais interessado em discutir saídas para a nossa situação do que prosseguir em uma discussão que pode ser esclarecedora, mas que já atingiu dimensões excessivas e já consumiu muita energia.

Há um caminho para que as universidades estaduais e federais consigam uma melhor inserção social do que a atual. Este caminho é a construção de alianças com setores sociais vigorosos, que escolhamos e aceitemos como companheiros e parceiros em uma jornada de evolu-

ção. Para efeito de organização das idéias, vou designar estes setores como: educacional, comunitário e empresarial-cooperativo.

A interação com o setor educacional. A distância entre as universidades e o setor de ensino, nos níveis do primário, secundário e da educação continuada, é grande. Obviamente, temos exemplos notáveis de contribuição, dada por um ou outro departamento universitário, mas o conjunto é pobre. As universidades estaduais têm hoje pouco a mostrar, quanto à formação de professores, à capacitação dos professores atuais, à produção de currículos e materiais ou à oferta de programas para estudantes e para o público em geral.

De fato, mesmo internamente há um descomprometimento muito grande com a educação. A evidência mais forte deste é o que se passa, por exemplo na Unicamp, com as disciplinas chamadas "de serviços". A falta de qualidade e de cuidado dos docentes com estas disciplinas não é rara. O quadro é completado por taxas de reprovação elevadas de maneira que estas disciplinas acabam tornando-se, muitas vezes, em agentes de formação de uma atitude anti-interdisciplinar, nos estudantes. Exatamente o contrário do que precisamos.

As organizações comunitárias e locais. A sociedade brasileira construiu, nos últimos anos, um grande número de organizações não-governamentais. Ao lado de sindicatos, prefeituras e de associações de vários tipos (de moradores, culturais e científicas, etc.) estas organizações detêm um enorme poder que vem da sua capacidade de mobilização.

Por outro lado, estas mesmas organizações detectam problemas e levantam necessidades, que podem e devem gerar oportunidades de trabalho de pesquisa, de ensino e de extensão, perfeitamente vinculado aos objetivos das universidades.

Não se trata aqui de um trabalho assistencial ou caritativo: trata-se, sim, de um contacto e um trabalho conjunto da universidade com grupos sociais organizados e capazes de

formular com clareza questões que, para a universidade, se traduzam em boas oportunidades de trabalho intelectual e de ação.

As empresas e as cooperativas. Os esforços de pesquisa dos últimos trinta anos já mostram resultados econômicos impressionantes, em todo o país. Não é aqui o caso de apresentar e detalhar exemplos, mas se o país hoje obtém elevadas receitas internas e externas com soja, papel, açúcar, por exemplo, e com muitos outros produtos, isto se deve ao fato de a pesquisa brasileira ter transformado a soja em uma cultura tropical, o eucalipto (aliás, australiano) em uma fonte de papel de boa qualidade e ter modernizado muito a agroindústria derivada da cana-de-açúcar, produzindo açúcar de boa qualidade, álcool e energia elétrica.

Em todos os países se reconhece hoje a importância da inovação tecnológica para a viabilização econômica de cidades, estados e nações. Por outro lado, também se reconhece universalmente que as universidades são instituições-chaves no processo de inovação. Há portanto uma predisposição para o diálogo entre universidades, de um lado, e indústrias e cooperativas de produção de outro.

Do lado dos docentes e estudantes universitários, este diálogo é uma grande oportunidade de aprendizado e de reciclagem. A propósito, algumas pessoas no ambiente universitário ainda enfatizam uma suposta oposição entre o conhecimento científico e as preocupações com a produção de bens e serviços, ou seja, entre o interesse acadêmico e o das empresas e comunidades. Esta oposição não existe (a não ser por ignorância), muito pelo contrário: as conexões entre o conhecimento e o interesse econômico e social são muitas e a sua ausência é extremamente prejudicial também para a ciência.

Elite e massa, ou elite versus massa. Tudo que foi dito acima se resume em uma frase: as universidades estaduais e federais devem aumentar a sua presença na sociedade. Muitos objetam a isto, invocando que a Unicamp, por exemplo, foi concebida como uma universidade

de elite, voltada para a pós-graduação. Por isto, não deve aumentar suas vagas, ou cursos. Ainda por isto, deve concentrar-se no cultivo das grandes obras do intelecto, sem dispersar-se em atividades menores.

Aqui, o problema muda de figura, e cabem algumas questões. A primeira é: a quem interessam as torres de marfim? Ou para ser mais claro: não conhecemos todos, instituições de pesquisa, criadas em várias partes do país e do mundo, que brilharam por um momento e depois morreram, em meio a parcos lamentos?

De que servem uma grande ciência e alguns grandes nomes da ciência e da cultura, se não para contribuir para que a sociedade e a humanidade evoluam? Por que não podemos aprender com o exemplo de muitas pessoas e instituições, em todo o mundo, que fizeram ciência da melhor, e gastaram uma parte importante do seu tempo levando esta ciência até as escolas, os hospitais, as fábricas, fazendas e sítios, as casas e favelas, a toda parte onde ela é necessária?

Obviamente, não estou propondo que cada um dos docentes das universidades estaduais e federais se pulverize em dezenas de pequenas atividades, mas sim que o conjunto de nós atue de uma maneira multifacetada e efetiva, em muitas frentes.

Finalmente, quero explicar porque não mencionei, neste texto, a universidade pública e gratuita. A razão disto é que acabei de ouvir, na reunião anual da SBPC, de uma pessoa respeitável como o professor Bernardo Kucinski, que não temos uma universidade pública e gratuita. Não é pública, porque o acesso a ela (principalmente aos cursos de maior interesse e demanda) é economicamente restrito. Não é gratuita, porque só em São Paulo ela custa ao contribuinte uma linha de metrô por ano.

Podemos continuar a defender nossos dogmas. Mas não teremos sucesso, se continuarmos a nos encolhermos, a perder visibilidade e respeito.

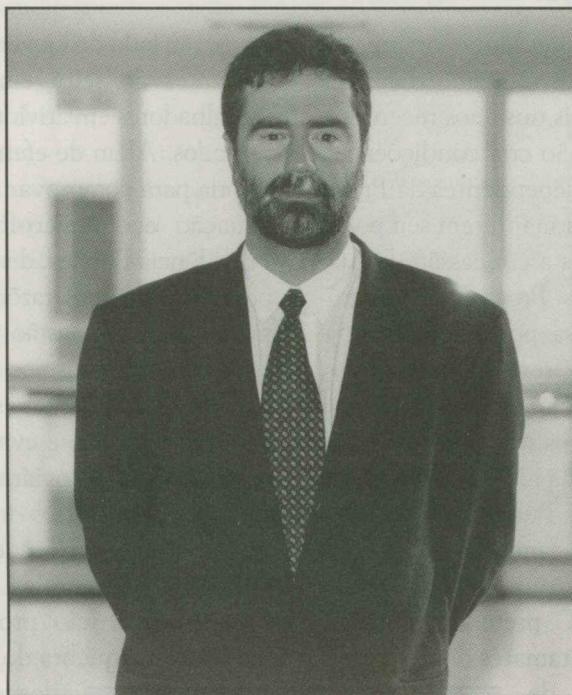
Fernando Galembeck é Diretor do Instituto de Química da Unicamp.

LDO

Atuação do Fórum foi fundamental na AL

Agrônomo e professor da Unesp, o deputado petista **José Baccarin** desempenhou papel fundamental durante a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), na Assembléia Legislativa (AL). Para ele, o resultado foi positivo. O governo Mário Covas não conseguiu congelar as verbas das universidades.

Daniel Ruiz Garcia



◆ **Qual a sua avaliação do resultado da votação da LDO, notadamente na questão das universidades?**

Baccarin - Avalio positivamente e entendo que a maior vitória foi a capacidade da comunidade ao se mobilizar e influenciar nas decisões da LDO. No ano passado tivemos dificuldades porque a comunidade não conseguiu essa mesma mobilização. Este ano, conseguimos isso nas três universidades, inclusive no interior, onde vários deputados foram procurados e essa pressão surtiu efeito. Em termos mais concretos, a manutenção dos 9,57% livre de amarras, como acontece neste ano de 96, também avalio como conquista. Se imaginarmos um crescimento de receita do Estado na arrecadação de ICMS de 1995 para 1997 em torno de 15%, vamos ter as verbas das universidades crescendo também. A proposta original do governo faria com que esse índice ficasse em torno de 4%. Nós vamos, portanto, ter uma perspectiva de um ganho de receita considerável. Entendo isso como uma vitória real, concreta. Uma outra conquista foi a derrota da emenda Vaz de Lima, que estabelecia a cobrança de mensalidades no ensino superior público paulista. Essa emenda sequer foi apreciada.

◆ **Os reitores também tiveram participação nesse processo?**

Baccarin - Nós procuramos fazer uma mobilização que envolvesse o Fórum das Seis, os estudantes e que integrasse as direções das três universidades estaduais. Procuramos, a todo momento, não fazer um movimento apartado, ou seja, comunidade contra as reitorias. Eles (os reitores) participaram de Atos na Assembléia Legislativa e estiveram com o governador, e não podemos encarar o resultado como uma negociação de gabinete. Agora, se não houvesse a pressão de toda a comunidade, provavelmente os reitores não teriam conseguido, na última semana, derrubar o parágrafo 2º, e isso foi uma vitória geral.

◆ **A que você atribui essa participação dos reitores?**

Baccarin - Primeiro, acredito que a situação financeira das universidades, com o orçamento de 96, pode estar difícil. Em segundo, porque houve, no ano passado, falas de deputados governistas de que os reitores da USP e da Unicamp aceitaram a proposta governamental. Isso foi muito usado na Casa (na Assembléia Legislativa). Este ano, talvez até para acabar com essa fama, eles estiveram empenhados na mobilização.

Percebemos que os três reitores estiveram na Assembléia Legislativa e isso revela que as universidades precisam continuar lutando por mais verbas, já que não temos, ainda, uma situação na qual podemos nos acomodar. É verdade que temos divergências políticas dentro das universidades e isso é natural que ocorra. Agora, o importante é preservarmos o espaço democrático de discussão da Universidade.

◆ **Por ser este um ano eleitoral, até o PPB de Paulo Maluf votou favoravelmente ao aumento de verbas dos atuais 9,57 para 11%. Porque esta emenda não passou.**

Baccarin - A grande frustração em relação aos partidos foi o PMDB. Tínhamos uma articulação, inclusive com o PMDB, e poderíamos aumentar os 9,57 para, pelo menos, 10%. Acontece que o PMDB recuou e dez de seus 16 deputados se ausentaram da votação. Dos seis que estavam presentes, quatro votaram a favor dos 11% e dois contra. Como o resultado final foi 39 votos contra os 11% e 32 a favor, a participação do PMDB poderia ter sido decisiva a nosso favor.

◆ **Foi surpresa um dos deputados do PSDB ter votado a favor dos 11%?**

Baccarin - O deputado Sidney Cinti é de Aracatuba e candidato a prefeito. Lá existe campus da Unesp e a pressão foi decisiva. Agora, não foi surpresa porque ele havia enviado fax declarando que iria votar em favor dos 11%. Também em Franca houve reversão de voto motivado pela pressão local. É lógico que se tivéssemos uma

votação mais apertada, talvez ele não tivesse votado dessa maneira.

◆ **Aparentemente a emenda Vaz de Lima não teve apelo popular. O senhor não acredita que para o futuro esse tema pode ganhar força?**

Baccarin - Não diria que a emenda Vaz de Lima não teve apelo popular. Seria mais cuidadoso. É verdade que, na Assembléia legislativa, o deputado provocou um grande constrangimento, inclusive para o partido dele. O PSDB se sentiu acuado porque a comunidade universitária se fez presente e investiu contra a emenda. Agora, esse tipo de proposta tem apelo junto à sociedade porque é uma pequena parcela da população que frequenta a universidade pública. Então, temos que fazer esse embate não somente no interior das universidades, porque aí é fácil derrotar a proposta, mas também disputar espaços na sociedade. É aí que temos de lutar para aumentar a democratização do acesso às universidades públicas. Existe um funil muito grande em alguns cursos e compete a nós procurarmos tornar o acesso mais democrático. Precisamos aumentar o funil aumentando o número de vagas. A Universidade precisa crescer imediatamente 5% ao ano. Lutamos por mais recursos para as três universidades não só para o pagamento de salários, mas também para que elas ofereçam mais serviços à população.

◆ **Como o senhor avalia o governo Mário Covas na questão da educação?**

Baccarin - Este governo não prioriza educação. Ele não quer assumir suas obrigações com a educação. Ele tentou, e esse ano não conseguiu, diminuir as verbas das universidades. A idéia dele, para o ano que vem, é passar boa parte do ensino de 1º Grau para o município, e isso está contido na LDO para 97. No 2º Grau, o que se verifica é uma grande ofensiva contra as escolas técnicas. Sabemos, por exemplo, que das 35 escolas técnicas agrícolas que existem no Estado, 27 delas serão fechadas. Restarão, portanto, apenas 8, e que terão de sobreviver com recursos do que for produzidos nas suas fazendas. Nas escolas técnicas industriais verificamos essa mesma ofensiva. Não há, na prática, nada que indique que o governo Covas esteja priorizando o ensino no estado de São Paulo. Ao contrário, este governo está repassando obrigações para os municípios e retirando os recursos das áreas que vão ficar sob sua responsabilidade, a exemplo do 2º Grau e das universidades públicas.

REFORMA CONSTITUCIONAL

O engodo da reforma da Previdência

Osmar de Oliveira Marchese

Como é possível apoiar a reforma da Previdência Social, se a análise do conteúdo da Proposta de Emenda Constitucional (PEC 33/95) e dos Substitutivos dos relatores Deputados Euler Ribeiro e Michel Temer, permite concluir quanto ao mérito, seu caráter autoritário, interferindo na autonomia federativa e independência dos três Poderes e pior, sem com isso, promover modificações eficazes no sistema de arrecadação e funcionamento. Muito menos pretende promover a apregoada justiça social pois não determina condições nem para recuperar as reconhecidas perdas que sistematicamente vem sendo impostas a aposentados e pensionistas. Senão vejamos:

◆ Como os procedimentos para apreciação da PEC permitem alterações ao longo do processo de votação, primeiro na Câmara dos Deputados e depois no Senado, com eventual retorno à Câmara, é imponderável vislumbrar o desfecho, a conformação definitiva da PEC, principalmente porque o Poder Executivo insiste em impor as diretrizes constantes de sua Proposta, mesmo já tendo sido derrotado uma vez no Plenário, pelos Deputados.

◆ Direitos adquiridos e expectativas de direito são afrontados, as inconstitucionalidades (inúmeras) foram apontadas, desde logo pela Comissão de Constituição e Justiça, sem que isso tenha abalado o ímpeto governamental. O texto chega ao ponto de proibir que o princípio do direito adquirido seja invocado. O princípio da irretroatividade é menosprezado, não havendo ao menos preocupação com o estabelecimento de regras de transição para as normas e sistemas propostos.

◆ A proposta não trará benefícios aos trabalhadores, aposentados e pensionistas. Em nada melhora a situação dos atuais dependentes da Previdência Pública, principalmente

dos trabalhadores do setor privado cujos benefícios têm sido reduzidos em termos reais nos anos recentes.

◆ A PEC não cria condições para os futuros dependentes da Previdência Pública manterem seu poder aquisitivo após a concessão de suas aposentadorias. Procura, ao contrário, retirar essa possibilidade, hoje existente, dos servidores públicos. Numa total e cínica inversão de valores, atribui aos servidores públicos a culpa por uma alegada bancarrota da Previdência Pública.

◆ Abrindo caminho para acelerar a privatização da Previdência Pública a PEC pretende limitar a baixíssimos patamares o teto das remunerações de aposentados e pensionistas.

Acena com valores entre 3 e 10 salários-mínimos, caso não consiga aprovar que tais valores serão definidos a posteriori, por lei, quando certamente os interesses de Bancos e Seguradores, beneficiários diretos, falarão mais alto.

◆ Haverá um enfraquecimento das receitas previdenciárias como decorrência dos baixos valores das contribuições diretas de empregados e empregadores, em razão de baixos tetos de contribuições/benefícios. Não se imagina como a Previdência Pública poderá melhorar sua atuação nessas circunstâncias.

◆ A propósito, a PEC não objetiva a ampliação das receitas previdenciárias, o que poderia ocorrer caso fosse implantada, de imediato, nova forma de Gestão do Sistema Público de Previdência, com a partici-

pação, ao lado do Governo, de representantes do setor empresarial, de trabalhadores em atividade e de aposentados. Além de efetuar uma Auditoria para comprovar a atual e real situação econômico-financeira da Previdência Pública, de déficit ou superávit, e de suas razões, essa nova modalidade de Gestão poderá aperfeiçoar os mecanismos de arrecadação, elevando as receitas com a redução da sonegação e evasão das contribuições previdenciárias e impedindo que empresários inadimplentes possam postergar indefinidamente seus débitos.

◆ A PEC não proporciona os meios para a quebra do sigilo de dados e comunicações para fins de fiscalização previdenciária.

◆ A proposta não estabelece penalidades às autoridades públicas que burlarem a Constituição Federal, como por exemplo, não entender aos aposentados benefícios e vantagens criadas para os servidores públicos em atividade, ou não promoverem a atualização dos valores de aposentadorias, pensões e salário-mínimo.

◆ A PEC não determina a obrigatoriedade de revisão dos valores de aposentadorias e pensões, pelo menos uma vez ao ano, de forma a manter no mínimo o poder aquisitivo dessas remunerações.

◆ A quebra da autonomia federativa e dos três Poderes está implícita na PEC ao restringir à União o poder para legislar sobre Previdência Social, inclusive ao fixar o salário do Presidente da República como teto

dos benefícios previdenciários.

◆ A desconstitucionalização de pontos estruturais do Regime Previdenciário é largamente utilizada na PEC, com o claro intuito do Poder Executivo impor com maior facilidade suas diretrizes. Esse artifício evitará a exigência de dois turnos de votação no Congresso Nacional e a necessidade de contar com o apoio de pelo menos 308 Deputados. Entre tais pontos devem ser destacados os que acabam com a paridade entre vencimentos dos servidores em atividade e os proventos dos aposentados, e o estabelecimento de regimes próprios de previdência para servidores públicos civis e militares. Trabalhadores do setor privado teriam o valor de suas aposentadorias reajustadas por lei, sem a obrigatoriedade de coincidência de época e percentual com os trabalhadores em atividade.

◆ A proposta não prevê a realização de REFERENDO NACIONAL para legitimar o apoio popular à iniciativa do Poder Executivo, numa reforma constitucional de largo espectro e com profundas repercussões na condições de vida e trabalho da população.

É um dever do Governo não só esclarecer - via propaganda paga nos principais meios de comunicação - os objetivos e o conteúdo da reforma constitucional, mas procurar exercer concretamente a democracia participativa.

Debates e coleta de sugestões junto a sociedade civil são imprescindíveis.

É um imperativo da democracia social que haja diálogo e não monólogo.

Osmar de Oliveira Marchese é Professor Aposentado do Instituto de Economia da UNICAMP, Doutor em Ciências Econômicas, Coordenou o Núcleo de Estudos Constitucionais da Unicamp. Membro do GT Previdência da Adunicamp.

REFORMA CONSTITUCIONAL

Um fundo previdenciário na universidade

Maurício C. Coutinho

A recorrente crise salarial nas universidades estaduais paulistas e o aceso debate sobre a reforma da previdência social têm estimulado o surgimento de opiniões favoráveis à constituição de um fundo previdenciário autônomo no âmbito da Unicamp. A idéia do fundo, na verdade, vem sendo impulsionada pela ambigüidade do próprio regime previdenciário em vigor. Como se sabe, contribuimos para uma instituição - o IPESP - que não é responsável pelo pagamento das aposentadorias, de longe o encargo previdenciário mais significativo. Por que não nos desvincularmos do IPESP, canalizando para a Universidade as contribuições mensais dos servidores e a contraparte do empregador? Não estaríamos assim contrabalançando parcial ou totalmente o elevado peso dos dispêndios com benefícios no orçamento das Universidades?

Embora uma opinião definitiva sobre a viabilidade do fundo dependa de estudos atuariais não disponíveis, tem havido uma expectativa otimista em relação às suas virtudes, nas atuais condições. Acredito que esse otimismo infundado guarde relação direta com o desconhecimento das reais condições de funcionamento de um sistema previdenciário autônomo. O presente artigo pretende lançar uma nota de cautela no debate corrente, por meio de uma simples descrição das condições para a implantação e funcionamento de um fundo capitalizado.

Para começar, é preciso distinguir os três segmentos envolvidos no sistema previdenciário atual e suas posições quando da transição para um regime de capitalização. Convém iniciar pelos servidores cuja carreira transcorrerá inteiramente na vigência do novo regime, pois para eles será estabelecida a regra contributiva padrão. Temos, nesse caso, um contingente cujos benefícios futuros

serão financiados apenas pelos desembolsos mensais dos segurados e do empregador, devidamente capitalizados. A definição da alíquota de contribuição dependerá de um conjunto de fatores, incluindo variáveis demográficas (tempo de vida médio pós-aposentadoria, taxa de mortalidade dos contribuintes ativos etc), variáveis econômicas (variação dos salários reais, taxa de rendimento das aplicações etc) e o sistema de direitos (idade de aposentadoria e anos de contribuição, relação entre salários na atividade e valor dos benefícios etc). Desnecessário dizer que quanto maiores os benefícios - menor tempo de contribuição, relação mais elevada entre o valor das aposentadorias e dos salários dos trabalhadores ativos... - maior a contribuição mensal, dada a taxa de rendimento das aplicações. De todo modo, o fundamental é que apenas em relação a esse contingente pode-se afirmar que os contribuintes serão totalmente responsáveis pelos benefícios futuros. Para ele, o regime de capitalização vale integralmente.

Os servidores em meio de carreira vivem uma situação peculiar, ou de transição. Uma vez definidos os direitos, é inviável que os segurados venham a constituir um fundo capitalizado à altura do valor dos benefícios, pela simples razão de haver pouco tempo de contribuição entre o início do novo regime e a aposentadoria. O caso, que abrange a todos os servidores hoje em atividade, comporta, em princípio, duas soluções: 1. as alíquotas serão mais elevadas do que no plano-padrão (acima definido), de modo a compensar o menor período de contribuição; 2. a instituição previdenciária da qual nos desvincularmos (o IPESP) efetuará uma transferência de recursos a crédito do novo fundo, em nome de cada servidor que passar de um

regime a outro. A primeira alternativa é completamente inviável, pois implicaria em ônus elevadíssimo para os servidores com elevado tempo de contribuição no regime antigo. Já a segunda solução, a única razoável e justa quando se trata de mudar o regime previdenciário, provavelmente esbarraria na ameaça de insolvência do IPESP e na má-vontade da autoridade responsável, o governo do estado.

O terceiro contingente é formado pelos já aposentados. A solução aqui é muito simples: por nunca terem contribuído para o novo fundo, esses servidores, por definição, dele não participarão. Seus benefícios serão mantidos sob a responsabilidade da universidade, nos termos da legislação atual, o que significa dizer que o novo fundo não desonerará a folha salarial das despesas previdenciárias atuais. Qualquer tentativa de inclusão do grupo no fundo a ser constituído, sem a devida e gigantesca contrapartida, significaria sua inviabilização.

Com pequenas variantes, o esquema acima reproduz o mecanismo de implantação de um fundo previdenciário, ou a transição de um regime previdenciário orçamentário para outro auto-capitalizado. Resumindo, há um grupo para quem um plano de capitalização pode ser perfeitamente definido, outro que só pode aderir ao fundo se houver um crédito a seu favor e, finalmente, um terceiro grupo que deve permanecer fora do fundo. Superado o problema do crédito - o que não será uma tarefa fácil - caberia à Universidade manter na folha salarial os atuais aposentados (até a extinção do grupo), além do ônus de contribuir para o novo fundo, a crédito dos servidores ativos, por uma alíquota possivelmente muito superior à que regula os repasses ao IPESP. Os professores ativos contra-

tados e a contratar, por sua vez, também teriam que deduzir de seu salário uma contribuição bem maior que os atuais 6% (fora IAMSPE), pois é inimaginável que esta alíquota possa sustentar aposentadorias integrais ou decentes, à mais otimista das taxas de rendimento. Em outras palavras, as perspectivas são salários líquidos bem menores e encargos maiores para o empregador.

Mas vale a pena discutir melhor as condições de funcionamento de um fundo previdenciário. Mesmo desconsiderando os dilemas jurídicos e financeiros na cisão ou extinção do IPESP, sempre haverá delicados problemas de viabilidade para o novo fundo, nas atuais condições legais e econômicas. A começar pelas restrições legais, é bem evidente que algumas das características do atual regime de benefícios, como a incorporação de gratificações de chefia e a concessão de aposentadorias pelo valor do último salário obtido, independentemente do período de contribuição, implodem qualquer fundo capitalizado. Nas regras atuais, simplesmente não existe a possibilidade de compatibilizar contribuições e benefícios, salvo se a participação patronal vier a ser muito generosa. Em bom português, o novo regime exerceria um razoável impacto sobre o orçamento, ou exigiria uma total redefinição dos direitos salariais e previdenciários, sob pena de insolvência. Em decorrência, passaríamos a ter duas categorias bem distintas de servidores ativos e aposentados: de um lado, os que já adquiriram direitos no velho regime; do outro, aqueles que se enquadrarão nas regras parcimoniosas do novo regime. Viabilidade jurídica à parte, a segmentação parece odiosa.

As restrições econômicas são tão ou mais importantes. Como se

REFORMA CONSTITUCIONAL

O professor, a Previdência, o nabo e a inflação

Manoel Eduardo Miranda Negrisoli

sabe, a instabilidade inflacionária e as constantes mudanças nas condições e nas regras de capitalização têm posto na lona todos os fundos sem uma sólida retaguarda patronal. Para não irmos mais longe, basta recordarmos que no Brasil a remuneração nominal dos títulos da dívida pública, principal aplicação dos fundos, no longo prazo fica muito aquém da taxa de inflação. Devido à exigüidade do mercado acionário, à instabilidade da política macroeconômica e às flutuações econômicas exageradas, não se pode com tranqüilidade antever que aplicações intergeracionais proporcionarão rendimentos satisfatórios; digamos, rendimentos à altura do crescimento dos salários nominais, acrescido de uma modesta taxa de juros real. O fracasso da experiência dos fundos privados abertos salta aos olhos e, se há uma bela coleção de sucessos na lista dos fundos fechados (aeronautas, Banco do Brasil, Petrobrás...), deve-se reconhecer, como foi dito, a decisiva retaguarda patronal. A Unicamp e as demais universidades paulistas estão em condições de oferecer tal retaguarda? Esta é a questão fundamental.

Vale insistir que o propósito do artigo não é o de postular a viabilidade ou inviabilidade de um fundo previdenciário autônomo nas universidades, mesmo porque, na ausência de um estudo atuarial cuidadoso, as conclusões seriam meramente conjecturais. Considero, no entanto, que os docentes devem ter desde logo em vista que a constituição de um fundo pode envolver uma revisão profunda do atual regime de salários e benefícios, além de uma provável (e substancial) elevação do desconto salarial. Finalmente, nenhum plano pode ir à frente sem uma clara manifestação do grande mudo: é necessário que a administração universitária esclareça sua posição sobre os direitos dos servidores na nova situação e estipule o limite de seus repasses ao fundo, sabendo-se que a atual folha de aposentadorias continuará por muito tempo a onerar o orçamento.

Maurício C. Coutinho é Professor do Instituto de Economia da Unicamp.

Passada a primeira votação da reforma da Previdência Social, chegou-se à conclusão da causa de toda a distorção e todo o déficit da mesma: o professor universitário.

A aposentadoria do professor está para a crise na Previdência assim como o preço do nabo para a inflação.

Os professores universitários federais, como os demais funcionários públicos, eram contratados pela Consolidação das Leis do Trabalho até 1990, quando foi aprovado o Regime Jurídico Único do servidor - não por pressão do funcionalismo para dar vantagens adicionais à categoria, mas sim porque o governo federal entendeu que os encargos sociais a serem pagos pelo empregador (por ele, não pelos outros) eram altos.

Ao tornar o servidor estável, economizava-se o recolhimento ao FGTS (8%), e, ao criar o instituto de previdência próprio, cerca de 40% em encargos sociais sobre um total de R\$ 40 bilhões anuais.

A interrupção do recolhimento desses encargos do maior empregador do país (R\$ 16 bilhões), que representam metade do orçamento da Previdência, deixou-a arcando com as aposentadorias dos funcionários públicos até então, sem a reciprocidade do recolhimento atual. Além disso, a expectativa da mudança de regime provocou uma avalanche de aposentadorias após a transformação para o regime único.

Ao criar a aposentadoria integral para o funcionalismo (por conveniência do Estado), o governo ficou de regulamentar o Instituto de Previdência, coisa que até hoje não fez.

A contribuição de cada professor é de 12% do bruto, sendo que o Estado deveria contribuir com outros 12%, totalizando 24% sobre o salário com vistas ao pagamento das aposentadorias após 30 anos.

Essa situação é extremamente conveniente, pois assim se pode dizer que a folha de pagamento da união cresce sem o aumento de salário e que o pagamento de aposentados pelo MEC representa investimento na educação.

Em um plano de previdência privada, para um indivíduo ingressando no mercado aos 20 anos e aposentando-se aos 50 anos, recolhem-se 15,3%.

Não é o sistema que está errado. O que está errado é o roubo, a fraude, a impunidade, a gerência de pessoas escolhidas por critérios exclusivamente políticos e o uso da máquina para interesses eleitorais - que a reforma não resolve.

Portanto, com uma contribuição de 24% durante 30 anos, é perfeitamente possível, sem privilégios, pagar uma aposentadoria integral, se a entidade responsável for gerida por gente séria e competente.

Não é o sistema que está errado. O que está errado é o roubo, a fraude, a impunidade, a gerência de pessoas escolhidas por critérios exclusivamente políticos e o uso da máquina para interesses eleitorais - que a reforma não resolve.

O professor, mais do que qualquer outra profissão, sobre o impacto da evolução da ciência, o que torna difícil manter-se atualizado

por muito tempo. Há necessidade de renovação das gerações de mestres responsáveis por fazer o pensamento dos líderes nacionais.

Para cada professor titular aposentado, é possível contratar três jovens professores com todos os seus "bits cerebrais" orientados nos novos rumos da ciência, "cheios de oxigênio" e coragem para enfrentar os desafios que o futuro nos reserva. Frustrar essa geração sem trabalho, mantendo velhos mestres desmotivados, é suicídio. É destruir o futuro de qualquer nação.

O Brasil, assim como o resto do mundo, precisa abrir espaço para jovens. Os prazos de aposentadoria deveriam ser reduzidos, não para oito anos (igual ao dos parlamentares), e sim para 30 anos, para todos.

Com contribuição de 10% do empregado mais 10% do empregador, seria possível dar uma aposentadoria digna a todos os brasileiros, desde que administrada de forma politicamente correta.

A maior revolta vem do amplo noticiário nacional sobre as "concessões" em troca de votos, não por convicção ou filosofia política, mas sim por interesse pessoal e regionais.

Estima-se que a aprovação da reforma tenha custado R\$ 14 bilhões, que, somados às próximas votações, se forem cumpridas, certamente colocarão em risco o Plano Real, servindo de alerta àqueles que aceitaram os favores oferecidos pelo Executivo.

Exijam adiantamento antes da segunda votação, pois o governo vendeu a mãe (do contribuinte), mas não poderá entregar.

Artigo publicado pela Folha de São Paulo em 18.05.96.

Manoel Eduardo Miranda Negrisoli é Professor Titular da Escola Federal de Engenharia de Itajubá (MG) e doutor pela Unicamp.

EDUCAÇÃO

Cursos noturnos na Unicamp: um processo de envolvimento e amadurecimento

José Tomaz Vieira Pereira

O papel e o compromisso da Universidade para com a sociedade são questões que têm sido muito discutidas nos últimos tempos e o destaque que as Universidades têm tido é um fato que vem ratificar a importância e responsabilidade das mesmas no contexto social. Uma das questões que tem gerado muitos questionamentos refere-se ao oferecimento de Cursos de Graduação no período noturno e essa discussão tem tido pelo menos dois aspectos importantes: expectativa da sociedade e reflexão e planejamento por parte da Universidade. Esses dois aspectos estão interligados e têm propiciado um importante processo de amadurecimento mútuo. É salutar confirmarmos a cada momento que a sociedade está atenta e preocupada com o aprimoramento da Universidade Pública, bem como com a ampliação das formas práticas e diretas de sua vinculação e interação com a sociedade.

Sabemos que a Constituição Estadual determina que 30% do total das vagas dos cursos de graduação das Universidades Públicas Paulistas devem ser oferecidas no período noturno, de forma que alunos tenham a oportunidade de ingressar e cursar a Universidade à noite, mantendo-se, concomitantemente atuante, no mercado de trabalho, constituindo-se na categoria que temos denominado "aluno-trabalhador".

A Unicamp (assim como as demais Universidades Públicas Paulistas) não cumpre o referido dispositivo constitucional, o que tem gerado constantes cobranças, principalmente externas. No entanto é bom lembrar que essa situação tem sido objeto de preocupação e atenção por parte da Universidade. Nesse sentido, é interessante, termos uma

visualização do histórico do assunto no âmbito da UNICAMP. Até 1987, apenas 90 vagas eram oferecidas no período noturno para os Cursos de Tecnologia Sanitária, Tecnologia de Edifícios e Tecnologia em Obras de Solos. Entre 1988 e 1991, foram oferecidas mais 120 vagas, para os Cursos de Matemática e Pedagogia. Entre 1992 e 1993, passaram a ser oferecidas mais 315 vagas envolvendo os Cursos de Ciências Biológicas, Ciência da Computação, Ciências Sociais, Educação Física, Engenharia de Alimentos, Engenharia Elétrica, Engenharia Química, Física, e Tecnologia em Processamento de Dados, o que mostra o esforço da Unicamp, na direção do pleno cumprimento da determinação Constitucional.

Atualmente, das 1990 vagas dos nossos diversos Cursos de Graduação, 525 são oferecidas no período noturno, o que equivale a 26,38% do número total de vagas.

A Universidade tem, portanto, tomado iniciativas concretas no oferecimento das vagas, porém, devido a uma série de problemas que vinham sendo constantemente apontados, sentiu-se a necessidade de uma reflexão mais aprofundada, sob diversos aspectos, sobre a realidade dos cursos noturnos oferecidos pela UNICAMP. Em Março/94, foi constituída pela Comissão Central de Graduação, a Subcomissão de Cursos Noturnos, que identificou como seu objetivo "criar um espaço para se discutir os cursos noturnos, analisar os cursos que a Unicamp oferece, suas dificuldades e procurar encaminhar soluções".

Em seus trabalhos, esta Subcomissão buscou caracterizar o conjunto de alunos matriculados nos cursos noturnos. Para isso, além dos

dados colhidos sistematicamente pela COMVEST(1) quando do ingresso dos alunos na Universidade, foi aplicado, em Outubro/94, um questionário para se obter uma caracterização atualizada dos mesmos. Aspectos qualitativos foram apontados a partir da tabulação dos dados obtidos, tendo ocorrido também a análise de dados quantitativos, fornecidos pela DAC, o que possibilitou inúmeras considerações com relação aos cursos noturnos e perfil dos respectivos alunos(2).

Verificou-se, como já é do nosso conhecimento, que a vida estudantil, considerados todos os aspectos que a caracterizam de fato, não tem funcionado de forma satisfatória no período noturno, incluindo-se a infraestrutura operacional necessária.

Outro aspecto que tem consistido um problema é o que foi denominado pela Subcomissão de "resistência filosófica por parte dos docentes aos Cursos Noturnos", resistência esta que envolve desde a reivindicação a benefícios para a dedicação ao período noturno e dificuldades das Coordenações de Graduação para alocar docentes nas atividades desse período, até considerações de que a Unicamp, com o oferecimento dos cursos noturnos, estaria negando a sua vocação como formadora de profissionais com espírito crítico e experiência em pesquisa. Estas qualidades estariam prejudicadas, ao formarmos profissionais, cujo tempo de contato com a cultura da Unicamp se resume a quatro horas por noite em salas de aula. Destacou-se que a formação profissional fornecida pela Unicamp, motivo de orgulho para todos os seus docentes e em grande parte responsável por seu prestígio externo, envolve iniciação científica e participa-

ção em seminários, debates, *workshops* e outras atividades semelhantes. O fato de praticamente nenhuma destas atividades estar disponível no período noturno, tem sido considerado motivo de frustração para alunos e docentes.

O assunto foi analisado sob várias perspectivas e sugeriu-se uma reflexão mais aprofundada sobre os cursos noturnos. Reflexão esta, que deveria ser feita por toda a Unicamp e, em particular, pelas unidades que já oferecem cursos noturnos, de maneira a se chegar a um consenso sobre como compatibilizar os cursos noturnos com a personalidade cultural da Unicamp, que privilegia acima de tudo a qualidade em todas as suas atividades. Foi também apontada, de forma unânime, a necessidade urgente de melhoria da infraestrutura disponível para os cursos noturnos, tendo as Unidades encaminhado suas necessidades, que já foram em parte solucionadas. Persistem no entanto algumas necessidades que demandam maior quantidade de recursos e que estão sendo equacionadas.

Apontou-se também para o fato de que existem cursos, há muitos anos sendo oferecidos no Brasil, no período noturno, com maior ênfase no aprendizado em classe e nas bibliotecas e com menor necessidade de outras atividades extra-classe. Nesse sentido, haveria cursos com essas características atualmente oferecidos pela Unicamp no diurno, cujas Unidades responsáveis poderiam estudar a possibilidade de oferecê-los no noturno. Ainda nesse contexto, considerou-se adequada a possibilidade de criação de cursos não oferecidos pela Universidade, mas que são cursos de alta demanda em outras instituições de ensino su-

perior - como Administração, Arquitetura, Direito, Propaganda e Marketing e Psicologia, entre outros.

Em suas conclusões, a Subcomissão sugeriu ainda, que a Unicamp deveria refletir sobre outras atividades que poderiam ser promovidas, e que, além do curso noturno, consistiriam em outras formas de participação e acesso da sociedade, que é quem custeia nossas atividades. Concretamente, foram sugeridas para o período noturno atividades de Reciclagem e Aperfeiçoamento de Professores do Segundo Grau, Treinamento Avançado para Profissionais de Empresas de Serviço e Manufatura e Reciclagem Cultural para Adultos.

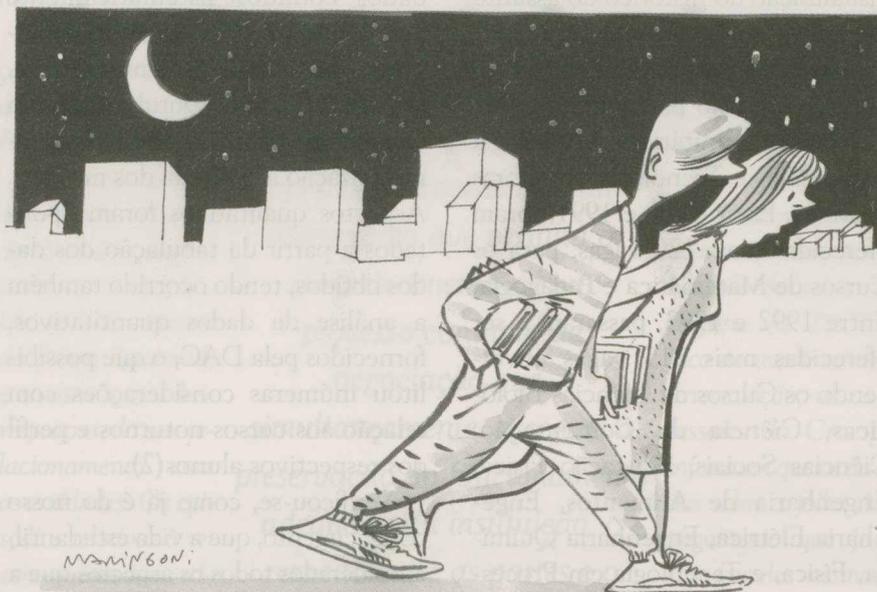
A maioria dessas atividades já vêm sendo oferecidas através da Escola de Extensão, mas estão ainda bastante concentradas em poucas Unidades da Universidade.

Os estudos efetuados, consistiram em importante etapa de um processo de reflexão, desencadeado através da Comissão Central de Graduação e que deve, necessariamente, envolver toda a comunidade universitária.

Ou seja, podemos afirmar que o pleno atendimento do dispositivo constitucional passa, obrigatoriamente, pelas reflexões e problemas citados, além de outras considerações, que envolvem o próprio perfil de profissionais formados em um mesmo curso, apenas com a diferença do mesmo ter sido cursado de dia ou à noite. Temos que ter a clareza que um curso oferecido no noturno não pode ter o nível de exigência do mesmo curso oferecido no diurno, pois o tempo disponível do aluno-trabalhador é incomparavelmente menor para dedicação aos estudos. Afirma-se que para o aluno-trabalhador é bastante difícil acompanhar um curso com o mesma estrutura curricular do diurno, o que exigiria uma outra postura do docente e um prazo maior para integralização do curso.

Uma possibilidade sempre existente é o estabelecimento de estrutura curricular diferenciada, sendo a do noturno, obviamente, mais enxuta. Esta reflexão tem gerado dois novos questionamentos. Estaríamos formando dois tipos de profissionais em um mesmo curso, apenas oferecidos em períodos diferenciados (o que poderia também gerar questionamentos de que um seria melhor do que o outro)?

Acreditamos que a questão dos cursos noturnos está despertando a consciência das Unidades, no sentido de que esse compromisso social, moral e ético da Universidade precisa ser urgentemente cumprido. Acreditamos, entretanto, que a Universidade necessita de um planejamento mais global, de forma que o período noturno tenha uma vivência e convivência universitárias, envolvendo graduação, pós-graduação, programas especiais de reciclagem para professores de segundo grau, programas especiais



voltados para a população em geral, etc. Todas as Unidades deveriam garantir o oferecimento e desenvolvimento de atividades a noite, de modo a propiciar um dinamismo natural e global para o período noturno. O ideal seria que a Universidade estivesse ativa das 08:00 às 23:00 hs. Podemos afirmar que a Universidade possui potencial, sob qualquer aspecto, para a implementação de um amplo projeto, com diversificação de atividades, a ser desenvolvido. É conveniente destacar o imprescindível envolvimento das Unidades de Ensino e Pesquisa, incluindo, obviamente, cada segmento da Universidade.

No esforço de caminhar na direção do atendimento de nossa Constituição, foram ou estão sendo estudadas várias propostas de novos cursos: Arquitetura, Direito, Economia, Geografia, Licenciaturas (Física, Química, Matemática), Psicologia e uma nova modalidade para o Curso de Tecnologia Sanitária (Controle Ambiental).

Dentre essas propostas, estão prontas para discussão no CONSU,

as propostas para o Curso de Arquitetura, com 35 vagas, e a reformulação dos Cursos de Tecnologia do CESET, que incluem a modalidade de Controle Ambiental, também com 35 vagas. Ambos para o período noturno.

A Pró-Reitoria de Graduação entende, entretanto, que o oferecimento dos cursos noturnos deve estar inserido no contexto mais amplo do Ensino de Graduação e nesse sentido um aspecto que podemos observar é a relação aluno/professor, tendo-se como panorama a realidade

de nas três Universidades Públicas Paulistas: USP - 6,53; UNESP - 5,46 e UNICAMP - 5,06 (ano de referência: 1994). Certamente nosso índice não significa que estejamos trabalhando pouco ou mal, dado que nossos indicadores quantitativos, como por exemplo, a relação entre a quantidade de formandos e a quantidade de ingressantes, certamente é das melhores do Brasil, para todos os nossos cursos. O nível dos alunos que formamos pode ser aferido, de forma indireta é claro, tanto pelo prestígio que a Unicamp tem entre as empresas que os contratam, como pela demanda por nossas vagas no Vestibular.

A reflexão sobre nossos cursos de graduação, deve ocorrer numa perspectiva de futuro, de forma a garantir ao aluno, uma formação que efetivamente o habilite a mudar de especialização durante sua vida profissional, para que ele possa permanecer atuante no, cada vez mais dinâmico, mercado de trabalho. Isso implicaria numa estrutura curricular pensada de forma a permitir ao aluno uma formação básica sólida e consis-

tente. As especializações precoces seriam reduzidas ou eliminadas, com a conscientização da necessidade da educação continuada, ficando a especialização para as etapas posteriores de sua contínua formação.

Certamente, podemos fazer mais do que temos feito, tanto em termos quantitativos, quanto qualitativos. Para isso é necessário um estudo visando uma reestruturação, tanto de nossos currículos, como do oferecimento de disciplinas, que atualmente são ministradas para poucos alunos em vários cursos diferentes. Para se ter uma idéia do problema, atualmente 2/3 de todas as nossas disciplinas/turmas de graduação têm menos de 20 alunos. É evidente que essa reestruturação precisará estar acompanhada de um planejamento adequado, incluída infraestrutura física e de pessoal, bem como custos e cronograma de implementação, que deverão necessariamente integrar a proposta acadêmica. Esse estudo deve também envolver uma reavaliação das vagas oferecidas em cada curso, considerando-se os vários aspectos internos e externos que devem ser contemplados para a fixação do número de vagas em um curso de graduação, estabelecendo-se uma filosofia que garanta um maior equilíbrio na distribuição dos encargos de ensino entre as várias Unidades, de forma sempre vinculada às nossas possibilidades e potencial frente ao nosso compromisso com a sociedade externa.

Com isso certamente poderemos alterar, de forma qualificada, o número de vagas, tanto para os cursos diurnos quanto noturnos. Para o próximo Vestibular é provável que já possamos contar com um aumento de 30 vagas para o Curso de Engenharia Mecânica e de 20 vagas para o Curso de Letras e Linguística. Estamos certos que uma reavaliação global neste sentido, representaria um expressivo avanço e retorno concreto para a sociedade.

(1) "O Ensino Noturno na Unicamp - Uma Contribuição ao Debate", COMVEST/PRG, 56 pgs.

(2) "Relatório Final da Subcomissão de Cursos Noturnos", CCG/PRG, 100 pgs.

José Tomaz Vieira Pereira é Pró-Reitor de Graduação e Presidente da Comissão Central de Graduação da Unicamp